

PLANO DE GESTÃO 2023/2025

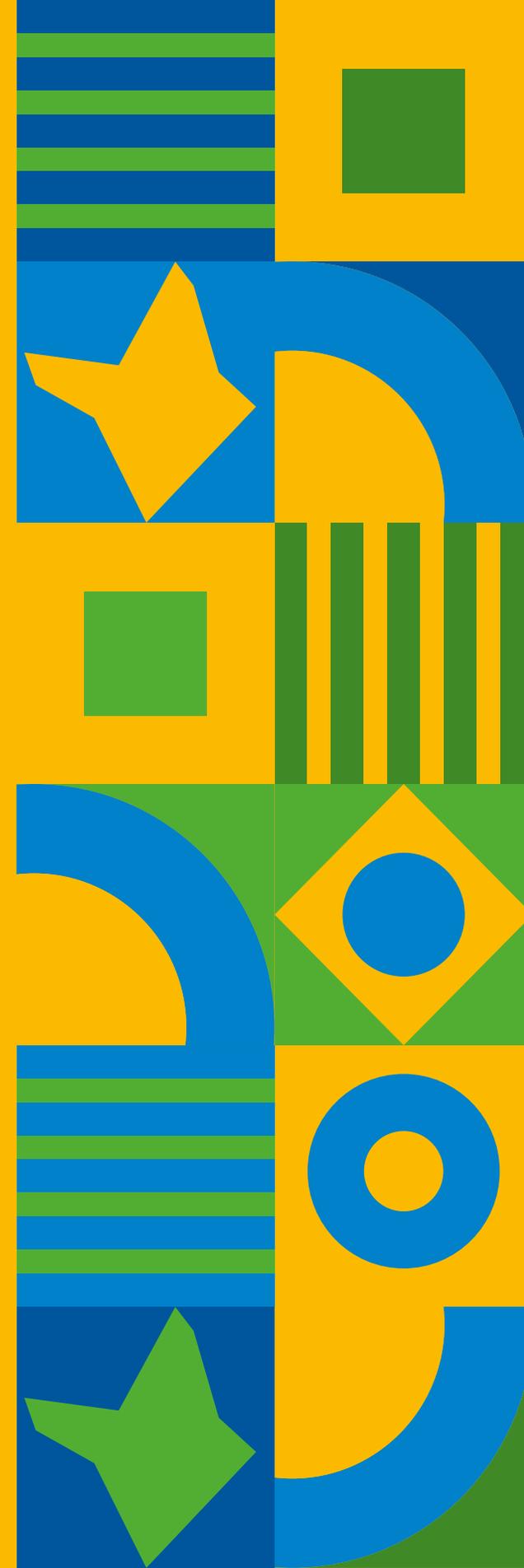
Cidadania e Inovação

Resultados

Presidente: Des. João Lages

Vice-presidente e Corregedor: Des. Carmo Antônio

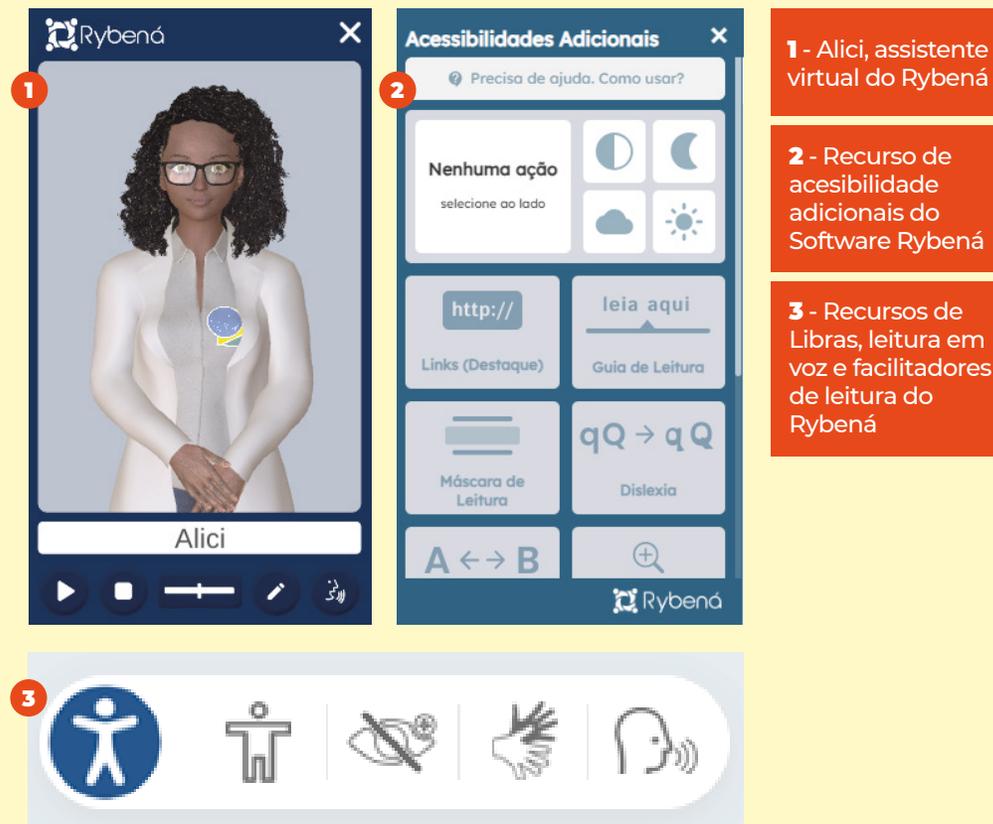
Elaboração: Assessoria de Planejamento, Gestão,
Inovação e Sustentabilidade



Acessibilidade

Seguindo a Diretriz Estratégica Cidadania, Acessibilidade e Inclusão que norteou as iniciativas da Gestão do Des. João Lages, durante o Biênio 2023/2025, buscou-se boas práticas para tornar este documento mais acessível para quem navega utilizando recursos de tecnologia assistida. Assim, foram adotados os seguintes requisitos de acessibilidade:

- 
Texto Pesquisável
 Para permitir a seleção de palavras para a leitura por um software assistente.
- 
Auxílios de Navegação
 Foram incluídos links, marcadores, cabeçalhos e sumário, auxiliares de navegação que ajudam a entender o documento sem ter que lê-lo por inteiro.
- 
Descrição das imagens relevantes
 Descrição textual das imagens que transmitem informações consideradas relevantes para a compreensão do conteúdo ou do contexto.



1 - Alici, assistente virtual do Rybená

2 - Recurso de acessibilidade adicionais do Software Rybená

3 - Recursos de Libras, leitura em voz e facilitadores de leitura do Rybená

Os sites da Justiça Eleitoral possuem a ferramenta Rybená, que permite a leitura em voz alta e a tradução para libras do texto de páginas e documentos, além de outras opções de acessibilidade, como: Links, Guia de leitura, Máscara de leitura, Dislexia, Espaçamento e Zoom.

Caso necessite, você pode utilizar a tecnologia assistiva do Tribunal ou a de sua preferência, pois todos os textos deste Plano de gestão são pesquisáveis.

Sumário

04	Apresentação
05	Palavra do Presidente
06	Identidade Institucional
07	Mapa Estratégico
08	Diretrizes Estratégicas
09	Mapa Plano de Gestão
10	Plano Estratégico
11	Sociedade
13	Processos Internos
19	Aprendizado e Crescimento
23	Iniciativas em Destaque - Governança Institucional
25	Prestação Jurisdicional
28	Sustentabilidade
30	Transparência
31	Acessibilidade e Inclusão
32	Ações voltadas para a cidadania
33	Inovação
34	Premiações
35	Conclusão



Apresentação

O Regimento Interno do TRE/AP (Res. 402/2012). Atribui ao Presidente do Tribunal, no art. 16, XXXII:

XXXII – apresentar, até o segundo mês subsequente ao da posse, o seu plano de gestão para o biênio e, no último mês que anteceder ao término do seu mandato, a prestação de contas de sua administração, expondo a situação da Justiça Eleitoral no Estado, suas necessidades para a próxima gestão e demais problemas relacionados com o serviço eleitoral, os quais serão submetidos à apreciação do Tribunal e, uma vez aprovados, publicados no órgão oficial.

Nesse sentido, foi elaborado o Plano de Gestão, de forma colaborativa com os gestores da alta administração, contendo 18 (dezoito) Diretrizes Estratégicas e 107 (cento e sete) iniciativas, agrupadas nos Objetivos Estratégicos do Planejamento Estratégico 2021-2026, definidos na Resolução CNJ nº 325/2020, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período 2021-2026, na Resolução TREAP nº 559/2021, que instituiu o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá para o período 2021-2026 e na integração com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que compõe a Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas – ONU.

Durante o biênio 2023/2025, foram concluídas 93 (noventa e três) projetos/iniciativas, representando 87 % do total planejado, o que demonstra a precisão das ações ao planejamento proposto. Entre as realizações mais importantes deste período, destacam-se:

- Ações inclusivas para pessoas com deficiência.
- Garantia do voto das minorias, incluindo ações na aldeia Aramirã.
- Aprimoramento da transparência.
- Realização de processos participativos.
- Implementação da ferramenta de Business Intelligence (BI).
- Melhoria na prestação jurisdicional.
- Gestão da Sustentabilidade.
- Conquista de diversas premiações.
- Gestão da Inovação e Divulgação do Conhecimento.
- Promoção do Reconhecimento, Bem-estar e Saúde.
- Aprimoramento da Gestão Orçamentária.
- Avanços na Governança.
- Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação no Poder Judiciário (iGovTIC-JUD).



Palavra do Presidente Desembargador João Lages

Durante o biênio 2023/2025, o Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) trilhou um caminho de inovação, excelência e compromisso com a sociedade. A gestão estratégica foi baseada em pilares essenciais: cidadania, acessibilidade e inclusão, sempre com foco na melhoria da governança institucional e na eficiência da prestação jurisdicional. Esses princípios orientaram nosso trabalho e, ao longo do período, transformaram-se em valores que não apenas nortearam nossas ações, mas também se transformaram na marca que define nosso Tribunal.

As conquistas que celebramos refletem o esforço conjunto de magistradas e magistrados, servidores e servidoras, colaboradores e colaboradoras, e de todos os estagiários e estagiárias que, com dedicação, trabalharam incansavelmente para transformar desafios em resultados concretos. Com muito orgulho, registramos a segunda conquista pelo segundo ano consecutivo do Selo Diamante do Prêmio CNJ de Qualidade, demonstrando nosso compromisso e reafirmando nosso papel de referência nacional em eficiência, qualidade e inovação.

Além disso, fomos agraciados com prêmios importantes, como o Prêmio de Inovação do TSE, a 1ª colocação no Premiathon da Rede Conexão Inovação Pública, o Selo Linguagem Simples do CNJ, e o Prêmio Equidade Racial 2024, que reconhecem o esforço do TRE-AP em buscar a inovação, a inclusão, a sustentabilidade e o respeito à diversidade. Também conquistamos 1ª colocação no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, demonstrando nosso compromisso com a plena transparência à informação.

Esses resultados não são apenas números ou reconhecimentos, mas a concretização do que somos e do que representamos. A nossa gestão não se baseia apenas em metas; ela reflete o compromisso de uma equipe que entende a importância do serviço público de qualidade para a sociedade, e que se dedica a promover mudanças reais e significativas.

Ao olhar para o futuro, posso afirmar com orgulho que a nossa gestão não apenas avançou, mas se consolidou como referência em inovação, governança, eficiência na prestação jurisdicional, sustentabilidade e cidadania.

Essa é a marca que construímos e o legado que deixaremos.

Identidade Institucional



Mapa Estratégico



Diretrizes Estratégicas



Cidadania, Acessibilidade e Inclusão

Minorias e acolhimento social



Combate à desinformação

Transparência Institucional



Prêmio CNJ de Qualidade 2023/2024

Eleições 2024

Gestão da Inovação

Governança e Gestão



Gestão Judiciária



Sustentabilidade como Política Institucional

Gestão de Parcerias e Contratações



Aprimorar a Gestão de Riscos

Melhoria e Aprimoramento do Controle e da Fiscalização



Avanço Tecnológico com foco no desempenho Institucional

Garantia da Segurança da Informação e a conformidade do TRE-AP à LGPD



Aprimorar a Gestão e Disseminação do conhecimento

Promoção do reconhecimento, bem-estar e saúde



Planejamento Orçamentário e Financeiro

Mapa Plano de Gestão



Planejamento Estratégico 2021/2026



SOCIEDADE

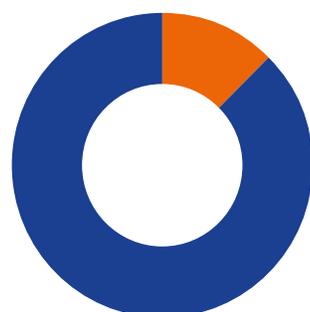
Garantia dos direitos fundamentais

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Cidadania, Acessibilidade e Inclusão

INICIATIVAS

1 - Projeto ABC da Cidadania	2 - Projeto Caravana da Cidadania	3 - Ações inclusivas direcionadas às pessoas com deficiência
4 - Projeto Acessibilidade Libras para atendimento ao eleitor	5 - Resgate de eleitores e ressocialização de ex-presidiários	6 - Incentivar e implementar ações para participação política da mulher
7 - Projeto Política e Cidadania	8 - Desenvolver ações voltadas ao fortalecimento da memória institucional	



Minorias e acolhimento social

INICIATIVAS

1 - Garantia de voto das minorias	2 - Ações itinerantes para prestações de serviços (Res. CNJ nº 425/2021)
--	---



SOCIEDADE

Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Combate à desinformação

INICIATIVAS

1 - Campanhas institucionais

2 - Implementar programa de rádio: "Por dentro da Justiça Eleitoral" ou "Justiça Eleitoral em foco" em parceria com TJAP

3 - Capacitar porta vozes - magistrados(as) e servidores(as) para atendimento à imprensa e incentivar a utilização da linguagem cidadã



2 67% Concluídas

1 33% Não concluídas

Transparência institucional

INICIATIVAS

1 - Instituir a Política de Gestão de Conteúdo

2 - Ajustar o portal para atendimento do Ranking da Transparência

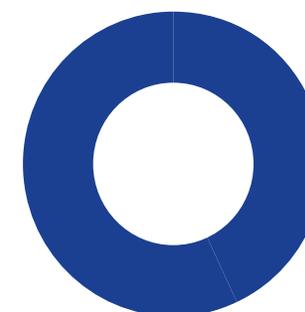
3 - Facilitar e ampliar o registro e tratamento das demandas aportadas na ouvidoria eleitoral

4 - Produção de videodocumentários

5 - Reuniões com representantes partidários

6 - Projeto Circuito Eleitoral – Eleições 2024

7 - Ampliar a realização de processos participativos



7 100% Concluídas

0 0% Não concluídas

PROCESSOS INTERNOS

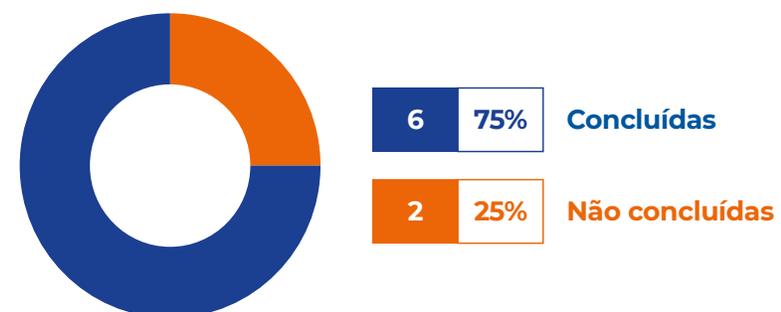
Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.



INICIATIVAS

1 - Atualização do Regimento Interno para supressão e incorporação de atribuições e procedimentos	2 - Implantar ações para redução de tempo tramitação dos processos pendentes líquidos	3 - Implementar sistema Business Intelligence - BI para acompanhamento da Gestão Processual
4 - Implementar melhorias nos processos de Prestação de Contas para reduzir o tempo médio dos processos	5 - Aperfeiçoar procedimentos internos visando maior celeridade processual	6 - Capacitação do corpo técnico
7 - Sistematizar a gestão do acervo processual para reduzir a taxa de congestionamento líquido	8 - Implementar Projeto Pauta Limpa	



PROCESSOS INTERNOS

Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

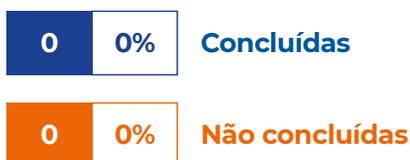
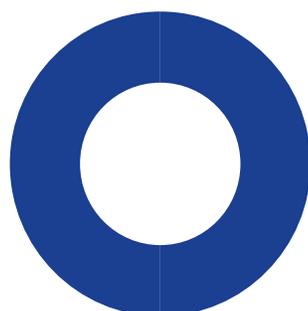
Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Aprimorar a gestão dos feitos criminais

INICIATIVAS

1 - Atuar de forma efetiva e eficaz nos crimes de natureza eleitoral

2 - Aprimorar a gestão dos feitos criminais no 1º e 2º grau de jurisdição



Melhoria e aprimoramento do controle e da fiscalização

INICIATIVAS

1 - Desenvolver mecanismos de mensuração de desempenho

2 - Aplicar e monitorar a Gestão de Riscos

3 - Assegurar a atuação da auditoria interna em conformidade com as diretrizes da Res. CNJ nº 309/2020



PROCESSOS INTERNOS

Promoção da Sustentabilidade

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Sustentabilidade como Política Institucional

INICIATIVAS

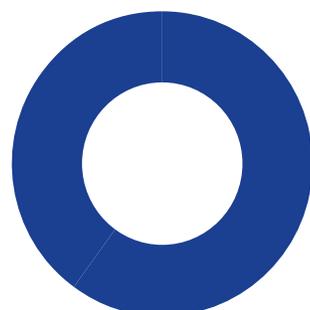
1 - Aprimorar a Gestão do Plano de Logística Sustentável.

2 - Promover ações que reduzam o consumo de recursos naturais

3 - Ações para redução/eliminação do consumo de recursos plásticos, priorizando, sempre que possível, materiais sustentáveis

4 - Ações para promoção da redução de emissão de CO2 (Res. CNJ nº 400/2021)

5 - Projeto "Eleições Sustentáveis"



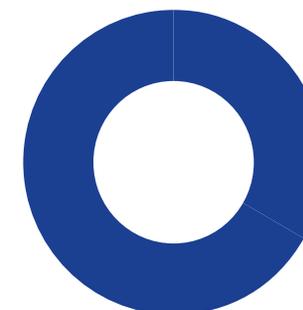
Gestão de Contratações e Parcerias

INICIATIVAS

1 - Melhoria dos instrumentos e os processos relacionados às aquisições sustentáveis

2 - Capacitação do corpo técnico

3 - Formalização de mecanismos de cooperação com outros órgãos e ONG's



PROCESSOS INTERNOS

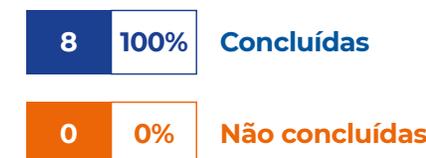
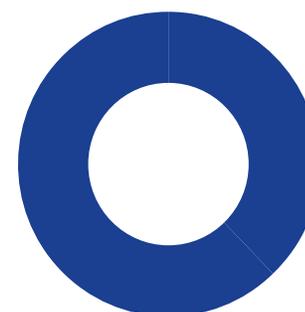
Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão

Prêmio CNJ de Qualidade 2023/2024

INICIATIVAS

<p>1 - Elaboração do Plano de Ações com finalidade de definir metas, prazos e responsabilidades</p>	<p>2 - Monitoramento dos requisitos e transparência nas informações para melhoria do desempenho.</p>	<p>3 - Levantamento das condições que impediram o seu patamar mais alto</p>
<p>4 - Realização de reuniões periódicas a fim de dirimir dúvidas e orientar o andamento dos trabalhos.</p>	<p>5 - Implementar ações para melhoria dos requisitos do Eixo Produtividade</p>	<p>6 - Parcerias com outros órgãos (TRE's e TJ's).</p>
<p>7 - Implementação de cursos de capacitação</p>	<p>8 - Implementação das ferramentas de Business Intelligence - BI para acompanhamento dos indicadores de produtividade.</p>	



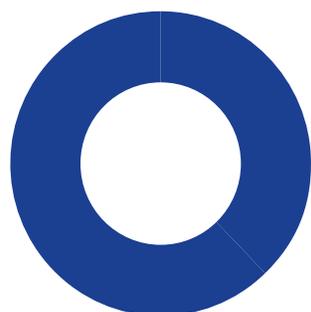
PROCESSOS INTERNOS

Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Eleições 2024

INICIATIVAS

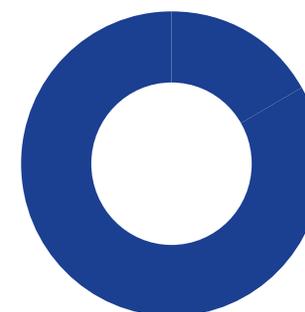
- 1 - Plano Integrado das Eleições de 2024
- 2 - Aprimorar os mecanismos de planejamento e monitoramento dos processos - atividades planejadas
- 3 - Realizar a avaliação do pleito de 2024, com base nos resultados das melhorias implementadas
- 4 - Combate à desinformação
- 5 - Manual de procedimentos para as Eleições de 2024 (Zonas Eleitorais)
- 6 - Treinamento e capacitação



Gestão da Inovação

INICIATIVAS

- 1 - Ativar o Laboratório de Inovação do TRE-AP (LAB-IN/TRE-AP)
- 2 - Prototipar e executar projetos de inovação que tenham impacto na sociedade e na Agenda 2030 da ONU
- 3 - Promover a qualificação dos serviços prestados nas Zonas Eleitorais, implementando programa que vise implantar um cartório modelo
- 4 - Desenvolvimento de projetos geradores de inovação com foco na melhoria dos serviços e no desempenho do TRE-AP



PROCESSOS INTERNOS

Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

Governança e Gestão



INICIATIVAS

- | | | |
|---|---|--|
| 1 - Aperfeiçoar o modelo de governança e de gestão estratégica | 2 - Simplificar a estrutura de governança e gestão | 3 - Implementar práticas para melhoria dos índice do TREPAP e aumentar o nível de maturidade institucional em governança. |
| 4 - Realizar a revisão do Planejamento Estratégico 2021-2026 e seus desdobramentos nas áreas de gestão | 5 - Elaborar um Plano de Comunicação voltado para divulgação interna da estratégia 2021-2026 | 6 - Assegurar a atuação da auditoria interna em conformidade com as diretrizes da Res. CNJ nº 309/2020. |
| 7 - Implementar métodos de segurança orgânica em consonância com a Política de Segurança do Poder Judiciário (Res. CNJ nº 435/2021). | 8 - Elaborar metodologia de Gestão de Projetos, visando simplificar e verificar a sua utilização pelas unidades. | 9 - Aplicar e monitorar a Gestão de Riscos |
| 10 - Desenvolver mecanismos para mensuração de processos de trabalho | | |



6 60%

Concluídas

4 40%

Não concluídas

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

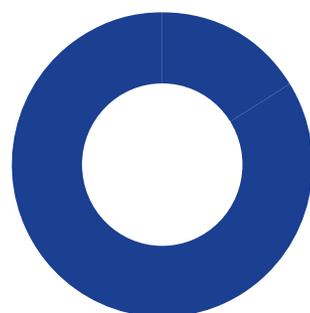
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Aprimorar a Gestão e disseminação do conhecimento

INICIATIVAS

- | | | |
|---|---|--|
| 1 - Impulsionar práticas voltadas à disseminação e transmissão do conhecimento | 2 - Promover a capacitação da força de trabalho visando ao desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais | 3 - Implementar iniciativas para melhorar a qualidade dos serviços prestados e condições de trabalho dos servidores |
| 4 - Realização de pesquisa sobre clima organizacional para realização de ações de melhoria | 5 - Elaborar de plano de ação para sucessão de carreiras | 6 - Promover a capacitação continuada para formação de lideranças e para o gerenciamento de equipe de trabalho |



Promoção do reconhecimento, bem-estar e saúde

INICIATIVAS

- | | | |
|---|--|---|
| 1 - Incentivar a adoção de hábitos saudáveis e promover a saúde de magistrados(as), servidores (as) e colaboradores (as) | 2 - Consolidar o programa saúde do servidor | 3 - Desenvolver iniciativas de valorização do servidor incluindo programas de certificação e incentivo à capacitação, premiação e reconhecimento por melhores práticas |
| 4 - Aperfeiçoar os mecanismos para Gestão do Teletrabalho | 5 - Fomentar o reconhecimento dos servidores e incluir as Zonas Eleitorais nas ações institucionais. | 6 - Implementar planos de desenvolvimento individual e gerencial |
| 7 - Implementar processo seletivo para ocupação de CJ's e FC's | 8 - Implementar planejamento de processos sucessórios das ocupações críticas do TRE-AP, a fim de manter os níveis de eficiência e eficácia das atividades | 9 - Desenvolver ações de incentivo cultural no âmbito da música, arte e literatura |



APRENDIZADO E CRESCIMENTO

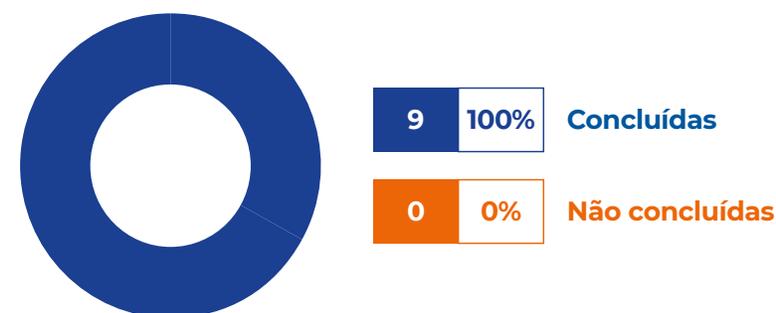
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.



INICIATIVAS

1 - Implementar ações que visem aprimorar a gestão orçamentária e financeira	2 - Reestruturar e remodelar relatórios e normas disponibilizadas pela área orçamentária e financeira em painéis de BI – Business Intelligence	3 - Implementar painéis de informação sobre a gestão orçamentária e financeira e custos na intranet e internet
4 - Aprimorar o planejamento orçamentário e a qualidade dos gastos, através de ações de otimização de recursos públicos	5 - Direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias.	6 - Alinhar o Planejamento Orçamentário ao Planejamento Estratégico através de estrutura de execução por programas e projetos
7 - Aperfeiçoar a Gestão de Contratos, através da melhoria dos processos de trabalho e uso de ferramentas informatizadas.	8 - Antecipar atas de registros de preços das principais contratações para as Eleições de 2024	9 - Ações para diminuição dos custos administrativos com desburocratização dos processos de contratação, redução do estoque físico com material e atendimento programado das demandas das unidades



APRENDIZADO E CRESCIMENTO

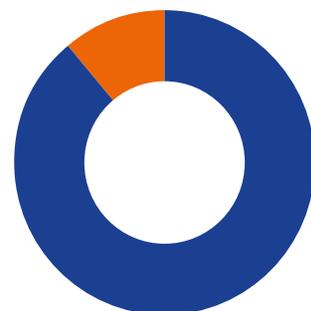
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados

Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Avanço tecnológico com foco no desempenho institucional

INICIATIVAS

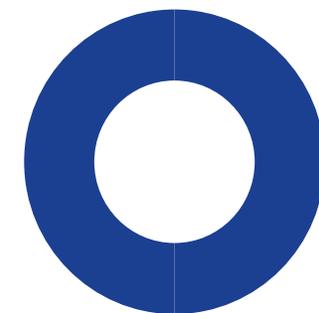
1 - Implementar ações previstas no Planejamento de TI	2 - Aumentar a satisfação dos usuários internos e externos em relação as soluções de TI	3 - Promover a transformação digital
4 - Aprimorar os serviços de infraestrutura de TI e as soluções corporativas.	5 - Aprimorar a segurança da informação	6 - Alcançar a classificação "excelência" no Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD).
7 - Ações para aprimoramento da pontuação e classificação do TRE-AP no Prêmio CNJ de Qualidade 2023-2024	8 - Prover o TRE-AP de soluções tecnológicas para o gerenciamento de dados e informações gerenciais, que auxiliem no processo decisório e possibilitem a ampla divulgação do desempenho institucional	9 - Promover o aprimoramento das soluções de Business Intelligence - BI desenvolvidas



Garantia da segurança da informação e a conformidade do TREAP à LGPD

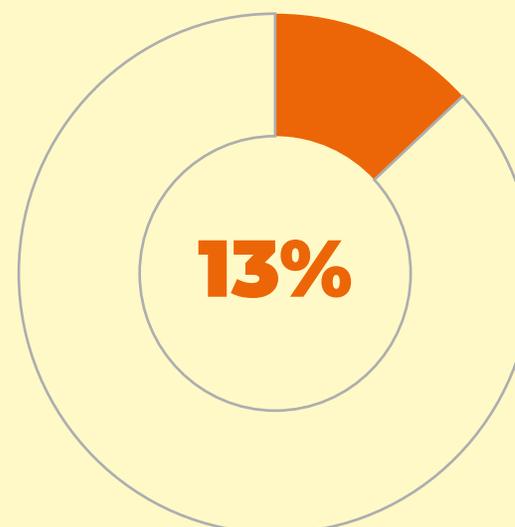
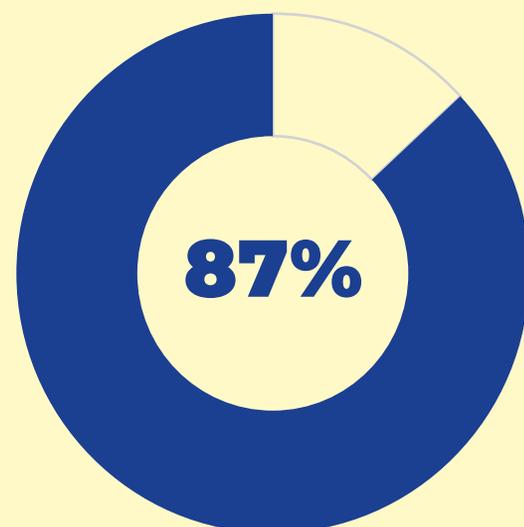
INICIATIVAS

1 - Implementar medidas visando a aplicação das regras contidas na LGPD.	2 - Promover ações contínuas para o aprimoramento da segurança da informação no âmbito do TRE-AP	3 - Aprimorar a segurança da informação e gestão de dados
---	---	--





Resumo





Iniciativas em destaque

1 Governança Institucional

a) Apresentação do Plano de Gestão 2023/2025:

O Plano de Gestão trouxe 18 iniciativas estratégicas vinculadas ao Planejamento Estratégico do TRE-AP e a Estratégia Nacional do Poder Judiciário (CNJ).

O Plano trouxe uma inovação importante ao ser vinculado a Política de Inovação do Poder Judiciário (Res. CNJ nº 395/2021) e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030 da ONU.

b) Reestruturação Administrativa

Por meio da Resolução TRE-AP nº 01/2023 foi aprovada a reestruturação das unidades administrativas do Tribunal, com vistas ao atingimento das estratégias institucionais através da otimização e racionalização dos processos de trabalho com vistas ao alcance e aperfeiçoamento da missão institucional.



c) Instituição da política de gestão de continuidade de negócio (Res. TRE-AP nº 602/2024):

A Política de Gestão da Continuidade de Negócios (PGCN) é uma estratégia abrangente que uma organização desenvolve para garantir que operações críticas possam continuar e se recuperar rapidamente durante e após uma interrupção significativa, como desastres naturais, ataques cibernéticos, pandemias ou falhas técnicas. Ela serve como referência para minimizar interrupções e garantir uma recuperação rápida e eficaz, mantendo a integridade e a confiabilidade dos nossos serviços eleitorais.

A implementação de uma PGCN eficaz envolve identificar funções vitais do TRE-AP e alocar os recursos necessários para a continuidade dessas funções e estabelecer procedimentos detalhados de resposta e recuperação. Essa preparação não apenas fortalece nossa resiliência organizacional, mas também protege nossa reputação, nossos clientes e nossos colaboradores, especialmente em períodos críticos de eleições.

Objetivos principais da Política de Gestão da Continuidade de Negócios incluem:

- Continuidade das operações: Assegurar que funções essenciais da organização possam continuar ou serem rapidamente restauradas em caso de interrupção grave, como desastres naturais, falhas tecnológicas, ataques cibernéticos ou pandemias.
- Minimização de interrupções: Reduzir a duração e o impacto das interrupções nas atividades operacionais, para limitar as consequências negativas para a organização, seus clientes e stakeholders.
- Resiliência organizacional: Fortalecer a capacidade da organização de resistir a crises, adaptando-se e recuperando-se de desafios de forma eficaz.
- Proteção de ativos: Proteger recursos críticos, incluindo infraestrutura de TI, dados sensíveis e capital humano, contra perdas ou danos.
- Compliance e requisitos legais: Cumprir obrigações regulatórias e legais relacionadas à continuidade e recuperação de negócios.

d) Avanço na avaliação do TCU:

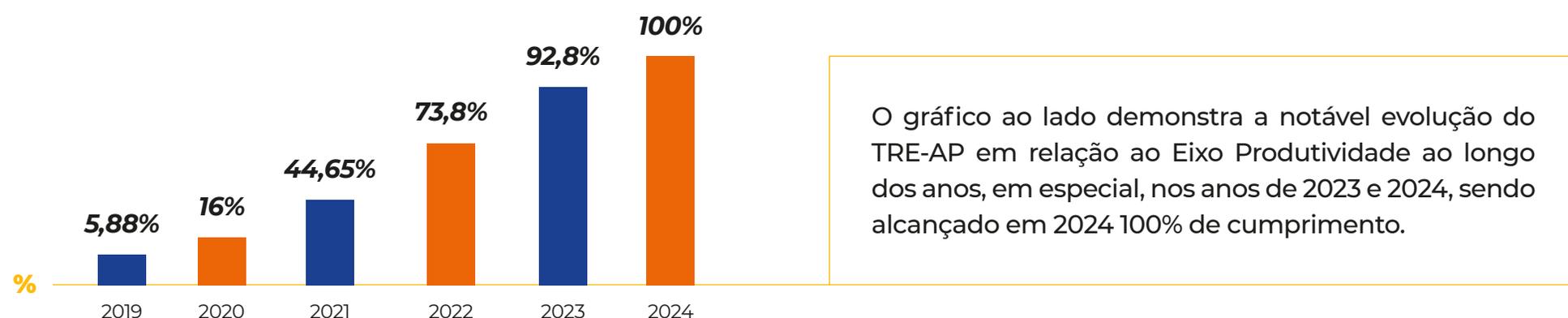
O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) registrou o avanço de 50% na avaliação do iESGo 2024 – Índice ESG (Environmental, Social and Governance), em comparação a 2021. O ESG é um indicador criado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliar a governança organizacional e práticas socioambientais das organizações públicas federais.

O índice avalia o desempenho das instituições em três pilares: ambiental, com foco em sustentabilidade; social, que abrange responsabilidade social; e governança, que envolve transparência, ética e eficiência na gestão pública.

A avaliação do iESGo auxilia a medir a maturidade dessas práticas no setor público, assegurando que o Tribunal atue de forma eficiente, transparente e sustentável.

2 Prestação Jurisdicional

a) Desempenho Prêmio CNJ de Qualidade: Eixo Produtividade



b) Taxa de Congestionamento Líquido (TCL)

A taxa de congestionamento mede o percentual de processos que ficaram parados sem solução, em relação ao total tramitado no período. Quanto maior o índice, mais difícil será para o tribunal lidar com seu estoque de processos.

	TRE-AP	G1	G2
	JUL/22 – 31,08%	JUL/22 – 36,75%	JUL/22 – 19,46%
	JUL/23 – 20,25%	JUL/23 – 21,74%	JUL/23 – 19,09%
	JUL/24 – 16,65%	JUL/24 – 16,21%	JUL/24 – 17,48%

c) Índice de Atendimento à Demanda (IAD)

Mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos apresentados no mesmo período. Indica a capacidade em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%.

 TRE-AP	G1	G2
JUL/22 – 377,75%	JUL/22 – 351,17%	JUL/22 – 428,15%
JUL/23 – 122,67%	JUL/23 – 155,05%	JUL/23 – 105,49%
JUL/24 – 168,09%	JUL/24 – 151,79%	JUL/24 – 202,66%

d) Tempo dos Processos Pendentes Líquidos:

Mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos apresentados no mesmo período. Indica a capacidade em dar vazão em, pelo menos, o mesmo número de processos ingressados, situação em que o indicador atinge o valor igual ou superior a 100%.

 TRE-AP	G1	G2
JUL/22 – 364,70 dias	JUL/22 – 372,85 dias	JUL/22 – 333,20 dias
JUL/23 – 230,77 dias	JUL/23 – 180,65 dias	JUL/23 – 275,06 dias
JUL/24 – 97,72 dias	JUL/24 – 53,17 dias	JUL/24 – 175,39 dias

e) Tempo das Ações Penais:

Valor médio do número de dias decorridos entre o início da ação judicial e o último dia do período de referência.

 TRE-AP	G1	G2
447 dias	447 dias	Não há ações penais nesta instância

f) julgamento ou baixa de processos antigos:

São considerados como processos pendentes de julgamento aqueles que nunca foram julgados ou baixados.

 Meta CNJ	TRE-AP
3%	0,97%

g) Metas Nacionais:

As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade um serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade. As Metas Nacionais foram estabelecidas pela primeira vez em 2009, como resultado de um acordo firmado entre os presidentes dos tribunais, e servem como um importante instrumento para alavancar o atingimento dos principais objetivos do Judiciário.

 Meta 1 <i>Julgar mais processos que os distribuídos</i>	Meta 2 <i>Julgar processos mais antigos</i>	Meta 4 <i>Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.</i>
2022 – 126,68%	2022 – 121,36%	2022 <ul style="list-style-type: none"> ■ Eleições 2018 – 111,11% ■ Eleições 2020 – 116,67%
2023 – 164,97%	2023 – 142,30%	2023 <ul style="list-style-type: none"> ■ Eleições 2020 - 125,00% ■ Eleições 2022 - 116,67%
2024 – 125,89%	2024 – 137,76%	2024 <ul style="list-style-type: none"> ■ Eleições 2020 – 100% ■ Eleições 2022 – 145,83%

3 Sustentabilidade

A sustentabilidade é o princípio de equilíbrio entre preservar o meio ambiente e seus recursos naturais, em conformidade com a manutenção da qualidade de vida das pessoas, do desenvolvimento econômico e dos avanços tecnológicos.

O Plano de Gestão 2023/2025 alinhou-se ao Planejamento Estratégico do Tribunal, a Resolução CNJ nº 400/2021 e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU.

As práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos no âmbito do TRE-AP foram realizadas para atender a Política de Sustentabilidade do Tribunal. Tais ações fizeram com que o Tribunal alcançasse a 6ª colocação no Índice de Desempenho da Sustentabilidade, no segmento Justiça Eleitoral.



Ações

- a)** Participação no Projeto Nacional de Emissão de Gases de Efeito Estufa – O TRE-AP participa ativamente do projeto liderado pelo TRE-SP para a elaboração do inventário de emissão de gases do efeito estufa, contribuindo para um futuro mais sustentável e limpo.
- b)** Implementação de Energia Solar Fotovoltaica.
- c)** Eliminação de Copos e Garrafas Descartáveis – Por meio da Portaria TRE-AP nº 110/2023, o TRE-AP eliminou o uso de copos e garrafas descartáveis no âmbito interno, substituindo-os por copos de cerâmica personalizados e, para o público externo, por copos biodegradáveis.
- d)** Implementação do Sistema de Reaproveitamento de Águas das Chuvas.
- e)** Adoção da Política de Logística Reversa – O TRE-AP implementou uma política de logística reversa, garantindo que produtos descartados, como eletrônicos e outros materiais, sejam encaminhados a locais adequados para reciclagem e reutilização, minimizando o impacto ambiental e promovendo o ciclo de vida sustentável dos produtos.
- f)** Implementação da Política de Gestão de Resíduos – Em conformidade com a Resolução TRE-AP nº 594/2024, o TRE-AP implementou a Política de Gestão de Resíduos, que estabelece diretrizes para a coleta, tratamento e destinação adequada de resíduos sólidos gerados pela instituição, visando minimizar o impacto ambiental.
- g)** Ações de Sensibilização e Conscientização
- h)** Cursos e Seminários de Sustentabilidade
- i)** Aprovação da Resolução TRE-AP nº 607/2024 – que dispõe sobre a gestão e destinação de materiais de propaganda eleitoral apreendidos pelas zonas eleitorais no estado do Amapá. Esses materiais são encaminhados para reciclagem ou reaproveitamento, promovendo uma gestão responsável e sustentável dos resíduos gerados durante as eleições.

ACORDOS DE COOPERAÇÃO:

Acordo de Cooperação com a Prefeitura de Macapá e o TJAP – O TRE-AP firmou um acordo de cooperação, Acordo de Cooperação nº 4/2023, com a Prefeitura de Macapá e o Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) para a coleta e destinação adequada de resíduos. Esse acordo visa promover práticas de gerenciamento de resíduos sólidos de forma ambientalmente sustentável e fortalecer a cooperação entre as instituições.

Projetos

Projeto "Renovação Sustentável TRE-AP: Inovação e Sustentabilidade" – Este projeto, iniciado em 2022 e concluído em 2023, foi implementado na 11ª Zona Eleitoral, em Pedra Branca do Amapari. Incluiu o abastecimento do cartório por energia solar e a criação de um sistema de captação de águas pluviais, além da substituição de copos descartáveis por biodegradáveis. O objetivo é replicar esse modelo sustentável em todos os cartórios do estado até 2028.

Projeto "Reúse" - Cultura de Reutilização de Materiais – O TRE-AP implementou o Projeto "Reúse", que promove a cultura da reutilização de materiais no ambiente de trabalho, incentivando o reaproveitamento de papel, materiais de escritório e outros itens. O objetivo é reduzir o desperdício e o consumo de novos recursos.

Projeto Sustenta TRE: Ecoresíduos – Iniciativa piloto focada na gestão sustentável dos resíduos gerados durante o processo eleitoral, especialmente em localidades sem coleta de lixo. O projeto incentiva servidores e colaboradores a retornarem materiais recicláveis, como garrafas PET e papéis, aos cartórios eleitorais, que destinam esses materiais a cooperativas de reciclagem ou, na ausência delas, à sede do TRE-AP.

Projeto SustentaTRE: Adote uma Garrafa – Lançado como parte das ações preparatórias para as Eleições Municipais de 2024, o projeto visa reduzir o uso de copos descartáveis incentivando mesárias, mesários, servidores e colaboradores a utilizarem garrafas reutilizáveis. A campanha de sensibilização é conduzida por comunicações digitais, com apoio da ASCOM.

Projeto "Eleições Sustentáveis" – Promoveu a assinatura de termos de compromisso por candidatos e partidos, comprometendo-se com campanhas eleitorais mais sustentáveis. O projeto incentivou a redução do uso de materiais impressos, a substituição de plásticos descartáveis e a promoção de eventos digitais.

Índice de Desempenho da Sustentabilidade (IDS)

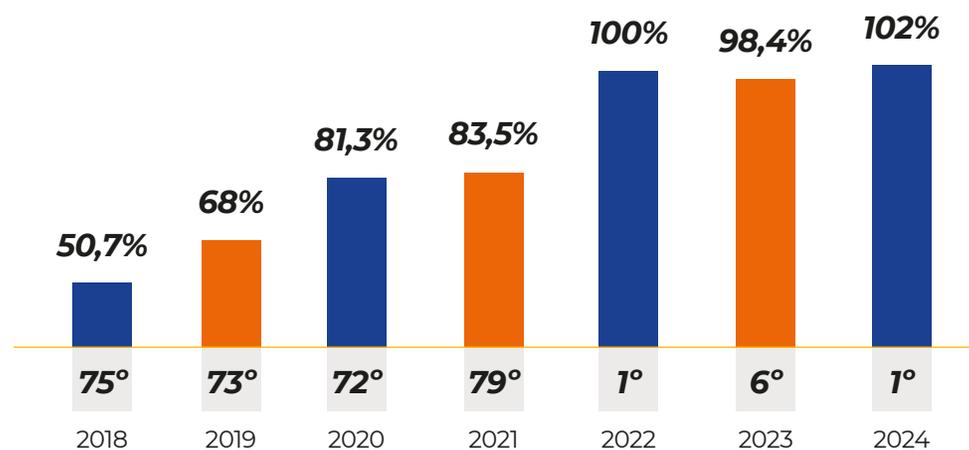
Aumento do Índice de Desempenho da Sustentabilidade (IDS) do CNJ – O TRE-AP obteve um aumento expressivo no Índice de Desempenho da Sustentabilidade (IDS), saindo das últimas posições e alcançando a 6ª colocação em 2024. Isso consolidou o TRE-AP como um dos tribunais eleitorais mais sustentáveis do país, destacando-se no cenário nacional.

AGENDA 2030: Alinhamento com a Agenda 2030 da ONU – Todas as iniciativas do TRE-AP estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), reforçando nosso compromisso com ações que promovem a sustentabilidade, inovação e responsabilidade ambiental.

4 Transparência

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) demonstrou o seu compromisso com a transparência. Em 2018, o Tribunal ocupava na 75ª posição, com 50,7% de índice de transparência. Desde então, houve uma evolução significativa, especialmente a partir de 2022, quando atingimos, pela primeira vez, a 1ª posição, com 100% de conformidade. Em 2024, mantivemos o nível de Excelência, alcançando 102%, reafirmando nosso compromisso com a transparência, prestação de contas e a responsabilidade perante a sociedade.

Um marco importante em 2024 foi a reformulação inovadora do portal de transparência do TRE-AP, que agora está mais organizado, de fácil acesso e com maior acessibilidade, garantindo que todos(as) os cidadãos(ãs), possam acessar as informações de forma clara e eficiente. Esta reformulação posiciona o TRE-AP como um tribunal referência na área da transparência pública.



Ranking da Transparência do Poder Judiciário TRE-AP

5 Acessibilidade e Inclusão

O Programa de acessibilidade e Inclusão do TRE-AP tem como objetivo a implementação gradual de medidas para a remoção de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas. A intenção é promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas aos espaços e serviços da justiça eleitoral do Amapá. Para tanto, em 2023 foram desenvolvidos trabalhos em várias frentes de atuação. Tais ações fazem com que o processo eleitoral suba cada vez mais rumo à acessibilidade plena.



Ações

- a) Instituição do Fórum Permanente de Boas Práticas de Acessibilidade e Inclusão
- b) Palestras e seminários
- c) Ações de capacitação para magistrados(as) e servidores(as).
- d) Substituição de poltronas do Plenário para atender os critérios de Acessibilidade e Inclusão
- e) Atendimento da População de Rua
- f) Atendimento da população indígenas
- g) Acordos de cooperação com outros órgãos e instituições
- h) Acessibilidade digital no portal do TRE-AP
- i) Acessibilidade arquitetônica: a) rampas de acesso, b) adaptação dos elevadores, c) adequação dos banheiros, d) sinalização tátil.
- j) Instituição de cotas para ocupação de FC e CJ.

6 Ações voltadas para a cidadania

O Programa de acessibilidade e Inclusão do TRE-AP tem como objetivo a implementação gradual de medidas para a remoção de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nas comunicações, atitudinais e tecnológicas. A intenção é promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas aos espaços e serviços da justiça eleitoral do Amapá. Para tanto, em 2023 foram desenvolvidos trabalhos em várias frentes de atuação. Tais ações fazem com que o processo eleitoral suba cada vez mais rumo à acessibilidade plena.

Ações

a) Realização de Audiências Públicas.

b) Ações de prevenção e combate ao Assédio Moral e Sexual e contra Discriminação e o Racismo.

c) Programa Eleitor do Futuro.

d) Ações itinerantes: Levando a diversas comunidades os serviços da Justiça Eleitoral. O Tribunal Regional eleitoral do Amapá (TRE-AP) levou os serviços de alistamento eleitoral, revisão, regularização de título de eleitor, além de treinamento de eleitores e a exposição “Oiapoque, aqui começa o Brasil e a Democracia”, iniciativa da Escola Judiciária Eleitoral.

e) Sessões itinerantes: com a finalidade de aproximar a Corte Eleitoral da sociedade, o Tribunal realizou sessões itinerantes em várias comunidades do Estado. Dentre as localidades destaca-se a Sessão realizada dentro da Aldeia Aramirã, na Terra Indígena Waiãpi, no município de Pedra Branca do Amapari.

f) Projeto Política e Cidadania

g) Projeto Empoderamento Indígena por meio da Educação: Formação Continuada dos Professores para a Promoção da Participação Política

h) Atendimento Eleitoral Inclusivo: Tradutores Indígenas

i) Promoção da Equidade Racial e Acesso à Justiça Eleitoral em Comunidades Quilombolas

j) Iniciativas para equidade de gênero, como: Designação de Magistradas para ocupação de Cargos na Escola Judiciária Eleitoral e na Ouvidoria Eleitoral e Ampliação do número de mulheres ocupando Cargos de liderança.

k) Inclusão de Pessoas com Deficiência como Mesárias e Mesários nas Eleições de 2024

7 Inovação

A Política de Gestão da Inovação foi umas Diretrizes Estratégicas da atual gestão, diversas ações e projetos foram realizados.

a) Criação do Laboratório de Inovação

b) Implantação dos Painéis de Business Intelligence

c) Implementação dos Pontos de Inclusão Digital

d) Capacitações

e) Acordos de Cooperação

f) Implementação de ferramentas de Inteligência Artificial – IA (JANUS)

g) Instituição do Programa InovaTRE-AP (Resolução TRE-AP nº 603/2024), o Programa tem como objetivo:

1. Possibilitar, de forma sistemática e planejada, o apoio institucional do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá(TRE-AP) a projetos de pesquisa e atividades de extensão nos diversos níveis de ensino, de modo a facilitar a compreensão da comunidade acadêmica acerca do funcionamento da Justiça Eleitoral e dos problemas a ela correlatos.
2. Aproximar a Justiça Eleitoral dos(as) estudantes de diversos níveis de ensino, inclusive com a participação em eventos científicos e culturais promovidos pela Justiça Eleitoral.
3. Estimular o incremento quantitativo e qualitativo de pesquisas científicas e o desenvolvimento de produtos e projetos de inovação alinhados com os objetivos estratégicos da Justiça Eleitoral e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).
4. Propiciar a estudantes e pesquisadores(as) adequado conhecimento sobre o funcionamento da Justiça Eleitoral, compreensão de sua missão institucional e seus desafios, bem como acesso a dados de qualidade acerca do problema pesquisado.
5. Propiciar a estudantes e pesquisadores(as) o contato com abordagens inovadoras sobre os problemas pesquisados, através de oficinas de Design Thinking e outras atividades voltadas a incrementar a empatia para com o(a) jurisdicionado(a) e eleitor(a); e
6. Premiar e reconhecer publicamente as pesquisas e projetos que resultem em produtos inovadores, capazes de contribuir para aperfeiçoamento da Justiça Eleitoral e/ou atingimento de seus objetivos, incrementando a eficiência e efetividade na concretização de direitos do(a) jurisdicionado(a) e eleitor(a).

h) Implementação

7 Premiações

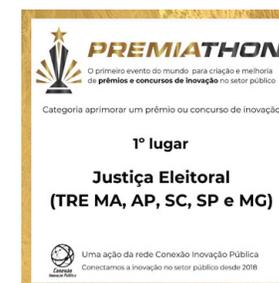
- ★ Primeiro Lugar Geral no Ranking da Transparência 2024.
- ★ Selo Ouro no Prêmio CNJ 2022, conquista inédita.
- ★ Selo Boas Práticas TSE 2023.
- ★ Selo Diamante em 2023 e 2024, premiação inédita, com destaque pela implementação de boas práticas institucionais.
- ★ Prêmio Inovação 2024 - TSE.
- ★ Primeira colocação no Premiathon 2024 - Rede Conexão Inovação Pública, evidenciando o papel de liderança em inovação pública.
- ★ Selo Linguagem Simples 2024.
- ★ Prêmio Equidade Racial 2024, destacando o comprometimento com a promoção da diversidade e a equidade racial.
- ★ 6ª colocação no ranking da Sustentabilidade do CNJ, segmento Justiça Eleitoral.



Ranking da
TRANSPARÊNCIA DO
PODER JUDICIÁRIO 2024
1º LUGAR
Categoria JUSTIÇA ELEITORAL



**1º PRÊMIO
DE EQUIDADE
RACIAL**



Conclusão

Ao concluir o biênio 2023/2025 e encerrar o ciclo à frente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP), olho com satisfação para o caminho percorrido e os resultados realizados. A gestão estratégica, que orientou nosso trabalho, foi alicerçada em princípios fundamentais como cidadania, acessibilidade, inclusão, inovação e governança, transformando desafios em conquistas concretas, em nossa marca. Essas vitórias, mais do que números ou prêmios, refletem a dedicação e o esforço incansável de todas e todos que, juntos, se empenharam e continuarão se empenhando para construir uma Justiça Eleitoral cada vez mais eficiente, transparente e inclusiva.

A primeira colocação no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, o Prêmio de Inovação do TSE e da Rede Conexão Inovação Pública, o Selo Linguagem Simples, o Prêmio Equidade Racial 2024 e Selo Diamante do Prêmio CNJ de Qualidade 2023 e 2024 são marcas que validam o trabalho coletivo realizado ao longo deste biênio. Essas conquistas evidenciam nosso compromisso com uma gestão transparente, inclusiva e sustentável, reafirmando o TRE-AP como uma referência nacional.

É com sentimento de missão cumprida que termino minha gestão, certo de que o legado do nosso trabalho está firmemente estabelecido. O esforço árduo e comprometido de magistradas e magistrados, servidoras e servidores, colaboradoras e colaboradores, estagiárias e estagiários do TRE-AP foi fundamental para o sucesso desta jornada. Esse esforço coletivo continuará a permitir que o Tribunal avance, supere desafios e conquiste novos feitos.

O trabalho não se encerra aqui. As bases que foram construídas serão ampliadas por aquelas que sucederão esta gestão, com o compromisso de promover um serviço público de excelência, sempre em constante evolução e alinhado às necessidades da sociedade amapaense.

Continuarei acompanhando com orgulho e confiança o progresso do TRE-AP, certo de que novas conquistas virão.

Essa é a marca que construímos e o legado que deixamos.

Desembargador João Lages





Tribunal
Regional
Eleitoral-AP

